

|                          |                |
|--------------------------|----------------|
| INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL |                |
| data                     | ____/____/____ |
| cod.                     | 0500039        |

## RURAL DEVELOPMENT IN EASTERN AMAZON

**Henkel, Karl (Universidade Federal do Pará, Brasil); Almeida, Jimnah de (Universidade Federal do Pará, Brasil)**

### 1. Introdução

Conflitos da terra na fronteira agrícola ainda é uma característica decisiva do desenvolvimento rural na Amazônia. Eles se baseiam numa falta de políticas públicas na zona rural. Por causa do declínio da produção agrícola, facilidade de trabalhar em matas nativas e tamanho grande das famílias, a população rural migra para as fronteiras agrícolas, que são caracterizadas por falta de demarcação das propriedades agrícolas e ordem estatal. Além disso, terra é um objeto de especulação para investimento. Como consequência, surge um conflito de interesses entre pequenos proprietários, fazendeiros, migrantes e índios. O objetivo deste trabalho é a análise das posições diferentes dos envolvidos, e mostrar possíveis soluções entre os grupos sociais. O estudo utilizou entrevistas qualitativas com representantes das agências estatais brasileiras IBAMA (agência ambiental), INCRA (agência de regulamento de terra), FUNAI (agência de proteção índia), posseiros e comunidade indígena Tembé e Urubu. O estudo mostrou que as agências estatais ainda não são preparadas para um planejamento integral, mas também há poucas possibilidades para uma solução porque leis não podem resolver a fome para terra.

### 2. A área indígena Alto Rio Guamá - Tembé e Urubu

A Aldeia Indígena (AI) Alto Rio Guamá apresenta uma extensão de 278.000 ha e está entre as de porte médio existentes no Estado do Pará. Localizada na região

fronteira ao Estado do Maranhão, a aldeia tem como limites os municípios de Vizeu, Capitão Poço, Santa Luzia do Pará, Nova Esperança do Piriá, Garrafão do Norte, Paragominas, bem como os rios Guamá e Gurupi. A área da AI é habitada por Tembé, Guajajara, Urubu-Kaápor e Awa-Guajás. Os Tembé e os Guajajara compõem a raiz-tupi Tenetéhara. A etnologia classifica os Tembé ao grupo cultural Pindaré-Gurupi. Antes do contato com brancos, os grupos não mantinham qualquer relacionamento físico ou cultural entre si. Antigamente, cada aldeia era representada por uma família e em cada região vivia somente uma tribo. Hoje as tribos vivem juntas na AI, mas os próprios interesses das famílias continuam, o que dificulta o trabalho da FUNAI.

De acordo com DODT (1873, p. 172), em 1873 moravam em toda a região, cerca de 9.000 Tembé. HURLEY (1932, p. 35) informa que em 1920 havia 17 aldeias com 1.091 pessoas, BRITTO et alii (1966, p. 93) cita 146 pessoas sem, no entanto, fazer indicações de lugares. A grande redução da população até o ano de 1920 deveu-se, quase que exclusivamente, à ocorrência de epidemias de gripe e sarampo. Hoje, a população tem tendência crescente, isto é, o número dos Tembé vem aumentando, totalizando ca. 1.400 índios.

Ao longo da história, os Tembé sempre estiveram envolvidos com os brancos, tanto os Tembé no rio Gurupi como no rio Guamá. Em decorrência, muitas famílias Tembé, especialmente a partir de 1920 e ao longo do tempo, misturaram-se com a população branca e negra. E durante o período colonial, a miscigenação ocorreu, principalmente, com escravos negros fugitivos, vindos da região de Grajaú de Maranhão ou de fazendas da região Nordeste Paraense. A FUNAI foi criada na década de 50, e uma política foi isolar os Tembé dos brancos, um relacionamento que já existia há bastante tempo.

A língua dos Tembé quase desapareceu, e apenas os habitantes mais velhos ainda falam tupi. Os jovens entendem a língua, porém se comunicam mais em português. Presume-se que ornamentos e pinturas na pele, nunca foram usados pelos Tembé. Essa diferença em relação às outras tribos já havia sido detectada por TSCHUPELI (1898, p. 206). Quanto aos Urubu, esses ainda hoje conservam sua língua e apenas os jovens falam português. Os Urubu, ao contrário dos Tembé, não se misturaram com os negros dos quilombos, devido provavelmente à sua índole guerreira.

A situação jurídica desse grupo, no passado, não ficou bem definida, por não se saber se os Tembé eram índios ou se já seriam aculturados. A língua e o costume não fazem a diferença, porque os Tembé começaram a incluir em sua alimentação produtos como sal, café, arroz ou feijão, que são alimentos básicos do homem branco. Há índios que hoje apresentam barba e bigode, e os índios, geralmente, são imberbes. Também na hierarquia não há uma diferença entre índios e brancos, porque os índios possuem um capitão e os colonos brancos têm líderes comunitários ou vereadores, que representam os grupos. Por causa de mudanças no governo a lei não foi aplicada. Os próprios Tembé consideram-se ainda *índios*, apesar do alto grau de miscigenação.

A principal diferença entre índios e brancos é a vivência em grupos pelos índios, enquanto os brancos vivem também isolados. O índio trabalha em grupos, enquanto o branco trabalha sozinho e decide, o que ele quer plantar e faz o que ele quer. Os índios ou os representantes decidem em conjunto, o que eles fazem, plantam ou organizam. Os índios podem excluir outros índios das comunidades, enquanto que isso não é possível numa comunidade branca. Outra diferença é o senso comercial. Os índios sempre viveram com o extrativismo, isto é, consumiram sem plantar ao contrário dos brancos, que desde cedo aprendem com os pais a ganhar dinheiro e pensar economicamente.

### 3. Invasão e expulsão

Ainda não se desenvolveu um processo, que possibilite o convívio harmônico com sociedades que são diferenciadas em termos de etnia, cultura e tecnologia sem domina-las ou destruí-las física e/ou culturalmente. É nesse contexto que vivem, hoje, no Brasil 329 mil índios (0,2 % da população brasileira) distribuídos em 212 etnias, que falam 170 línguas diferentes, dispersos em 554 terras indígenas, correspondentes a 11 % do território nacional, das quais 51 % estão demarcadas e, segundo dados da FUNAI, 80 % estão invadidas.

De acordo com o CEDI (1985, p. 183), nos anos quarenta e cinquenta, caçadores, pescadores e madeireiros começaram a ingressar nessa região alcançando a área das aldeias indígenas. A região sempre foi campo migratório para nordestinos que fugiam das secas. Essa afluência aumentou com a construção das rodovias Belém-Brasília e Pará-Maranhão. Uma consequência disso, foram fundados municípios, entre os quais, Capitão-Poço e Garrafão do Norte, que fazem fronteira com à AI.

Com a abertura da Amazônia para o capital privado, através dos programas de financiamento da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, a empresa COMPANHIA AGROPECUÁRIA DO PARÁ atuava na AI e adquiriu 11.000 ha dentro da reserva. Como ARNAUD (1984/85, p. 333) observa, isto só poderia ter acontecido com a aprovação da FUNAI em Brasília, que declarou estar desocupada essa parte da aldeia indígena.

Em 1976, a empresa agropecuária MEJER & CIA iniciou a instalação de uma fazenda, localizada na parte leste da fronteira com a aldeia indígena, e através de um acordo com a FUNAI, teve permissão para construir uma estrada que atravessou toda a

AI. Daí em diante, essa estrada tornou-se porta de entrada para os posseiros que acreditavam numa suposta doação de terras para fins de colonização. Nesse mesmo ano, o governador do Estado solicitou ao Ministro do Interior em Brasília, uma redução na área da aldeia, com o argumento de que esta excedia às necessidades dos índios (ARNAUD, 1984/85, p. 335).

Atualmente, já existem dentro da AI povoações de posseiros, e a FUNAI registrou oficialmente 1.012 famílias que vivem nessa área, o que pode significar em torno de 5.000 pessoas. Segundo declarações dos Tembé, cerca de 10.000 famílias fazem roçados no interior da aldeia, e aproximadamente 3.000 famílias moram na área da aldeia.

#### **4. O problema a partir da perspectiva da FUNAI**

Em 1945, o interventor do Estado do Pará reservou via decreto, a faixa de terra à margem direita do Rio Guamá e esquerda do Rio Gurupi aos Tembé, Timbira, Urubu-Kaápor e Guajára. Esses grupos tiveram, a partir de então, um território fechado. A demarcação de terras indígenas está prevista na Constituição de 1988, no artigo 231, mas a política indígena do governo modificou a lei com o decreto 1.775/96, que permite a revisão das terras indígenas demarcadas e a intervenção nos grupos aculturados, como critério para demarcar as terras indígenas. Neste aspecto, há uma grande diferença entre índios e brancos: índios não conhecem terras demarcadas, porque para eles nunca houve a necessidade de demarcar. Os brancos, neste caso os colonos, necessitam de uma demarcação das terras para ter o direito de usufruto. Um colono só investe em produção se obtiver os direitos sobre a produção.

No que se refere aos conflitos de terra nas aldeias indígenas, no Estado do Pará e em toda a Amazônia, o problema da AI Alto Rio Guamá representa apenas um dos muitos problemas enfrentados pela FUNAI. Acrescenta-se a isso o dilema em que a FUNAI se encontra: representar os interesses dos índios sem possibilidades para atendê-los melhor, uma vez que antigamente tanto a FUNAI como o INCRA eram subordinados ao Ministério do Interior, e entre os diversos interesses desse ministério, incluíam-se a proteção das aldeias indígenas, a colonização e a reforma agrária. Nesse contexto os problemas indígenas não tiveram a devida relevância. No cenário político atual, a FUNAI perdeu importância e influência política, enquanto os aspectos econômicos ganharam maior peso nas decisões políticas. Além disso, a discussão sobre a política indígena foi substituída, em parte, pela discussão sobre o Movimento dos Trabalhadores sem Terra — MST e discussão ecológica. Os índios não têm, como minoria que são, o mesmo poder de mobilização que outros segmentos da sociedade, para reagir por meios legais em caso de invasão e depredação do seu patrimônio.

ARNAUD (1984/85, p. 339) atribui à FUNAI, a responsabilidade principal pela situação atual. Segundo a posição do CEDI (1985, p. 195), os acordos entre a FUNAI e os fazendeiros no passado, com a exclusão dos demais envolvidos, têm contribuído, ao mesmo tempo, para uma desmoralização e desmobilização dos índios. Por esse motivo, os próprios Tembé já fizeram críticas contra a FUNAI, e achavam que ela não os representava. Para conscientizar os índios, a FUNAI mudou a política indígena de atendimento assistencial, que significa doação de ferramentas, sementes, medicamentos, etc., e hoje pretende conscientizar e treinar os índios. Um dos projetos prevê a capacitação dos índios na área de saúde e ensino. No aspecto educacional, os jovens índios recebem educação na própria língua, aprendem a resistir contra a substituição da

sua cultura e procuram manter suas tradições. Além do que, sua educação está sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação-Seduc, que contrata pessoas não índios para lecionar em áreas indígenas. Por outro lado, os próprios indigenistas da FUNAI nunca possuíam uma opinião indígena única. Esta situação se reflete também no caso dos Tembé, onde os representantes dos postos sempre tinham opiniões diferentes sobre as ações necessárias.

Atualmente, a AI está demarcada, reconhecida na sua extensão total, regularizada e pertence integralmente aos índios para usufruto, porque as terras tradicionalmente ocupadas por eles são bens públicos de domínio da União. São inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. Enquadradas como bens públicos de uso especial, essas terras destinam-se à posse permanente dos índios, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. O atual texto constitucional reafirmou a competência da União para demarcar e proteger as terras de ocupação tradicional dos índios. Na verdade, a terra não adquire seu caráter indígena com o ato demarcatório do poder público, pois este apenas a reconhece como tal. A terra pertence aos índios, e o Estado reconhece esse caráter pela demarcação, que não dá nem tira direito, apenas evidencia os limites a que se aplica a proteção constitucional.

##### **5. O problema a partir da perspectiva dos posseiros**

A partir dos anos 40, colonos provenientes de antigas áreas de colonização das MRH Salgado, Guamá e Bragantina penetraram na área indígena. Em poucos anos, surgiram áreas de produção agrícola através do sistema usual de corte-queima, em função da existência de grandes áreas de floresta primária. Uma pequena propriedade

agrícola em amplo espaço da AI permitia, deste modo, a utilização da terra tanto por posseiros como por índios, porém a migração posterior ameaçava o processo de consolidação.

Um outro aspecto negativo, a partir da perspectiva dos colonos, é o surgimento das fazendas. As áreas nas quais se estabeleceram pastagens, ultrapassam em termos de tamanho, em muito as antigas áreas de procedência dos fazendeiros. A utilização extensiva leva, com o tempo, à uma concorrência entre propriedades agrícolas e propriedades agropecuárias, posseiros e fazendeiros.

Os posseiros das vilas localizadas fora da área indígena, não vêem sua presença como perigo para os indígenas, posto que, das aproximadamente 10.000 famílias que trabalham nessa área, somente 3.000 vivem permanentemente ali, e exploram junto com madeireiros e fazendeiros ca. de 40 % das terras. Das restantes 7.000 famílias, muitas provêm de vilas localizadas fora da AI, onde a fertilidade do solo diminuiu e o trabalho no roçado aumentou, sendo que muitos colonos, por causa do vaivém entre suas casas e os roçados, nos quais eles trabalhavam apenas durante o tempo da queima, plantação e colheita, a estada inicialmente temporária acabava se tornando permanente.

Os colonos estão conscientes de terem penetrado indevidamente na área indígena, mas argumentam que existe muita terra disponível e atribuem a culpa da invasão aos fazendeiros, que invadem grandes áreas. Muitos colonos têm a esperança de que as terras dentro da AI, nas quais tem os seus roçados, sejam legalizadas e por isso permanecem na área. Ademais existe também a grilagem, em que os roçados são colocados para venda em uma etapa posterior. Por outro lado, dois fatores impedem o deslocamento acelerado de mais posseiros: o difícil acesso à área devido às precárias condições de trafegabilidade durante a época das chuvas, bem como a falta de uma



infra-estrutura que faz muitos colonos de antigas áreas de colonização, não se fixarem nem temporariamente nas áreas indígenas.

Em geral, os colonos não vêem os índios como inimigos. Os colonos vivem, da mesma forma que os índios, com a necessidade de ter que cultivar. Muitos líderes comunitários das vilas não vêem em decisões tomadas no âmbito oficial, seja através da FUNAI ou do Estado, nenhuma solução, uma vez que há outros interesses. Em contrapartida, eles consideram necessária e também viável uma solução em conjunto com os índios: "*Os índios são os verdadeiros brasileiros, mas nós somos os descendentes*", argumentam os colonos.

Politicamente, os posseiros representam um potencial de votos bastante significativo e são apoiados por políticos locais de todos os partidos. Muitos vereadores nas sedes municipais possuem o maior reduto eleitoral entre os colonos que vivem dentro da AI.

Seria difícil acreditar que os colonos abandonariam os roçados na AI. Os colonos que penetram na área indígena, não se consideram invasores, e sim colonos que procuram ter uma coexistência pacífica com os índios. Por outro lado, a tensão dos colonos é latente; dificilmente conseguem entender que poucos índios possuem tantas terras e recebem ainda a proteção e ajuda do governo. Em 1996, colonos de Garrafão do Norte tomaram como reféns um grupo de índios, inclusive espancando-os, quando eles queimaram estoques de madeira deixados por madeireiros na margem da estrada, dentro da reserva.

O problema a partir da perspectiva dos colonos, será provavelmente, solucionado se para tanto, eles tiverem a permissão para permanecer na área indígena e se suas propriedades forem legalizadas posteriormente. A área indígena deverá ser reduzida,

porém o espaço vital dos índios deverá ser garantido. A exigência para uma retirada dos colonos da área, se dá pelo não conhecimento de que os colonos habitam há bastante tempo, e que a questão do remanejamento não pode ser solucionada de maneira satisfatória. Os colonos migram para as áreas indígenas não porque se trata de uma área indígena, e sim porque lá existem áreas disponíveis para cultivo.

## **6. O problema a partir da perspectiva dos índios**

Para os Tembé há, sobretudo, dois aspectos importantes: a retirada dos posseiros e o efeito psicológico. A demarcação da AI em propriedades de 200 há, para cada família índia, como foi sugerido pela FUNAI no passado, é categoricamente recusada. Ao contrário das últimas décadas a população indígena da AI, que estima-se hoje em 1.500 índios distribuídos em 22 aldeias, das quais situam-se 12 às margens do rio Gurupi, está aumentando. Isto significa dizer, que no futuro os Tembé precisarão de mais terra que atualmente.

Mais importante do que a questão da terra, é o efeito psicológico dessa invasão sobre os Tembé. O andamento do processo de resolução do conflito, deixa aos Tembé pouca esperança por uma solução vinda de fora, de modo que a invasão deverá continuar ameaçando o espaço de reprodução física e econômica dos Tembé. Deve ser considerado, que entre e na mesma família, existem opiniões diferentes sobre as ações.

Com a criação da FUNAI, se fez uma política indigenista de separação entre brancos e índios, que na verdade desde o século passado mantinham uma certa ligação. Além disso, a FUNAI começou a atender aos interesses dos índios, o que provocou uma certa dependência dos índios em relação aquele órgão. Os velhos índios nunca aprenderam a negociar com as entidades como INCRA, Prefeituras ou Estado. Sempre

quando eles precisavam de produtos ou serviços como ferramentas, óleo para o motor, lanchas, medicamentos ou assistência à saúde, recebiam isso da FUNAI, sem ter a preocupação de como comercializar produtos para auferir renda. *“Nós ficamos como empregados da FUNAI”*, explica o ex-capitão Beatriz Tembé.

De acordo com esta política, os membros mais antigos da tribo não estão cientes da situação, e acham que a FUNAI resolve os problemas. Porém, os mais jovens sabem que a FUNAI não pode resolver o problema da invasão e sentem a necessidade de agir. Para tanto, delegações de índios jovens já viajaram para Belém com a finalidade de reunir-se na Assembléia Legislativa do Estado do Pará com deputados estaduais, viajaram para Brasília, onde juntamente com o presidente da FUNAI, participaram de encontros com os presidentes do INCRA, IBAMA e Superintendência da Polícia Federal e viajaram para Bahia, para participar das manifestações respeito dos 500 anos de descobrimento.

São principalmente os jovens, que começam a perceber novamente seu sentido de vida, que é a sua cultura. Voltaram a se pintar, dançar, e às vezes lidar com arco e flecha como símbolos da cultura indígena e reaprendem a língua. Isso é, um processo de auto-identificação, autogestão, manutenção da rede social e revalorização da própria cultura para obter uma identidade, que serve como a resistência contra a influência destruidora. Nos escombros dessa batalha não resta apenas a saudade, que no caso dos Tembé tentam reconstruir a cultura indígena, em vão pela necessidade de sobrevivência, pois algumas de suas crianças já não querem mais manter as tradições.

Eles começaram a se organizar na década de 1980, escolheram líderes que eram mais conscientes da situação. No início do ano 2000 na aldeia Tekohaw foram organizados e ministrados Cursos de Capacitação de Lideranças Indígenas por

consultores de Brasília, nos módulos Gestão Administrativa, Meio Ambiente e Elaboração de Projetos. Esses cursos tinham como objetivo ensinar aos índios a agir de modo auto-sustentável, isto é, sem a ajuda da FUNAI. Entretanto, os índios serão usados por algumas ONG's como objeto para executar projetos do chamado desenvolvimento sustentável na área indígena, que com os projetos desenvolvidos nessa área, fazem propaganda no exterior, visando adquirir mais recursos financeiros para as próprias instituições.

A principal fonte de alimentação dos índios é a agricultura, através do cultivo de culturas anuais como mandioca, feijão, milho e arroz, além da caça e da pesca. Com a ocupação da área indígena, essas duas últimas fontes de alimentação tornaram se escassas. Um grande problema, de modo geral, é a produção para a subsistência, uma vez que as aldeias são de difícil acesso e localizam-se bem distante das sedes municipais, o que dificulta o escoamento da produção. Num passado recente, alguns líderes indígenas venderam madeira para madeireiros ou autorizaram a retirada de cipó nas matas da AI, o que provocou um estímulo maior nos colonos para penetrar ainda mais na AI. Como consequência, esses índios foram expulsos das aldeias. Projetos de avicultura ou piscicultura iniciados alguns anos atrás, mas que fracassaram, mostram que os Tembê também pretendem mudar a produção, para se tornar autosustentável e independentes do programa assistencial do governo.

Atualmente, existe nas aldeias a discussão sobre a construção de uma estrada, que liga o assentamento rural CIAP do INCRA com a reserva, para iniciar a comercialização de cipó e madeira, mas os índios têm opiniões divergentes.

Além da FUNAI, os Tembê receberam no passado um certo apoio dos municípios, como mudas de laranjas ou a cessão de enfermeiras para ajudar as

comunidades do município de Capitão Poço. Mas segundo os índios, a contratação de enfermeiras é difícil, pois são poucos os técnicos de saúde que querem trabalhar numa área indígena. Um dos projetos prevê a realização de cursos de capacitação dos próprios índios para assumir o trabalho assistencial na área, e alguns índios já estão assumindo essas unidades, mas com um mínimo de conhecimento. Um dos Tembê recebeu treinamento no Instituto de Doenças Tropicais Evandro Chagas em Belém, para analisar casos de malária nas aldeias. Os casos mais graves são transferidos para Belém, onde os índios se hospedam na Casa dos Índios em Icoaraci. Com a mudança de responsabilidade da FUNAI para a Fundação Nacional de Saúde — FNS, no que se refere ao atendimento dos índios, agravou-se sua situação, isto é, um serviço básico que já era deficiente, mas ainda havia vontade para executá-lo, se tornou bem pior. Além da tuberculose, a malária especialmente, já causou mortes entre os índios, e os Tembê receberam medicamentos doados, somente pelo governo estadual.

Também a situação escolar é precária: alguns alunos vivem nos outros municípios para completar o ensino fundamental, porque nas aldeias faltam professores. No caso da aldeia Cachoeira, a professora do ensino básico foi contratada pela prefeitura de Paragominas, mas não sabe ensinar na língua indígena. As dificuldades são enormes para alguém que tem de viver distante da própria família, num ambiente quase desconhecido, sem o mínimo conforto da cidade. As aldeias não possuem o mesmo nível sócio-econômico e há grandes diferenças entre si. Enquanto na Aldeia Grande ou Tekohaw e Canindé se concentra a maioria desses serviços, na aldeia Cachoeira ou aldeia Aldeia Nova existem somente escolas.

Até o presente, o desenvolvimento do processo da ocupação nem sempre se deu de forma pacífica. Cansados de esperar por soluções oriundas de fora da reserva, os

próprios índios começaram a agir. Um grupo de Anambés, procedente da região do rio Capim, que morava temporariamente na área indígena dos Tembés, atacou os posseiros e matou alguns deles. Depois dessa ocorrência, os colonos retiraram-se repentinamente e não houve o perigo de invasão durante algum tempo. Somente mais tarde que eles foram lentamente voltando para a região. Alguns Tembés demonstram estar dispostos a atacar novamente os posseiros.

Para sensibilizar as autoridades, em 1996 os Tembés tomaram como reféns quatro funcionários da FUNAI. Em 1997, ameaçaram colonos para que desocupassem a AI, sob pena de serem expulsos à força, tendo suas casas e benfeitorias saqueadas e queimadas. Numa dessas ações de resgate, porque não se trata de ações organizadas e permanentes praticadas pelos órgãos responsáveis, um índio foi baleado. O caso foi denunciado na sede da FUNAI, mas os órgãos competentes não fizeram nada, mas não é somente nesta área que a Polícia Federal pouco pode fazer, também fora da AI, a polícia enfrenta dificuldades.

Já no caso dos Urubu a situação é diferente. Devido à sua aculturação tardia, o seu contato ainda hoje continua restrito a poucos brancos, o que os leva a resolver os seus problemas por si mesmos. Os Urubu devido à profunda desconfiança, não permitem que desconhecidos penetrem nos seus territórios, e postos de vigilância nos caminhos que dão acesso a sua área, impedem a entrada. Os Urubu se constituíam ainda até há algumas décadas atrás, numa das poucas tribos nômades da região e somente muito tempo depois se tornaram semi-sedentários.

Estima-se que no caso dos Urubu-Kaápor serão necessários menos de 30 anos para que seu território seja totalmente cercado pelos colonos. Vários caminhões de madeireiros, que entraram por Imperatriz, Maranhão, já foram apreendidos dentro da AI

pelos Urubu-Kaápor e queimados. O problema se repete sempre, com outros madeireiros tentando roubar a madeira. Ao contrário do Estado do Pará, a AI Alto Turiaçu no Estado do Maranhão, é alvo muito mais freqüente de fazendeiros e madeireiros pelo isolamento da mesma. O problema não é o choque entre duas culturas opostas e estranhas entre si, e sim a invasão, cuja solução depende unicamente da justiça.

## **7. As ações do governo**

A área dos Tembé não foi incluída no Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal — PPTAL, talvez por causa da invasão que já está bastante avançada. Demarcada a terra indígena, com a materialização de seus limites físicos e a extrusão dos possíveis ocupantes não índios, o procedimento é levado à homologação da Presidência da República, que o aprova mediante decreto. Com base no ato homologatório, a FUNAI faz o registro da terra indígena no cartório imobiliário da comarca correspondente e na Secretaria de Patrimônio da União, concluindo assim, o procedimento administrativo de regularização da terra indígena.

O governo do Estado, através do decreto nº 3419, instituiu um programa de defesa dos direitos dos índios, mas as ações limitam-se ao assistencialismo. Porém, o governo estadual possui a força policial para a retirada dos invasores, a lei proíbe isso, porque a reserva é domínio da união. Com a criação da agência estadual de meio ambiente SECTAM, o governo pretende alcançar uma solução viável para ambos os lados, isto é, pretende ajudar os índios, mas também não quer nenhum prejuízo econômico para a região. A estrutura do programa Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará — ZEEPA (HENKEL, 2000), que pretende realizar planejamento

regional, demonstra que o governo estadual deseja uma solução favorável a todos, e não jurídica.

Não apenas pela falta de estrutura e condições financeiras, mas principalmente pela pressão popular, os municípios, não podem e não querem resolver a situação. Uma reintegração excluiria mais que a metade do município de Nova Esperança do Piriá e causaria danos não calculáveis nas economias dos municípios, que recebem uma grande parte da produção agrícola das terras localizadas dentro da reserva, e uma retirada dos colonos causaria uma redução do capital fluante e um declínio do comércio local. Outro fato importante é uma redução do Fundo da Participação Municipal — FPM, que é calculado de acordo com a população de um município. Um remanejamento dos colonos reduziria a população e a quota parte do FPM, hoje ainda a maior fonte financeira dos municípios. Outro argumento das prefeituras é, que os índios não participam na economia e no sistema político, isto é, não pagam impostos como deveres e não participam nas eleições, mas recebem ajuda do governo, como saúde, equipamento, etc.

A ação do governo federal limita-se aos órgãos como INCRA ou IBAMA. O INCRA tem uma posição especial, porque é responsável pelo remanejamento e assentamento de colonos que ocuparam a AI. Em reuniões com os colonos a partir dos anos de 1990, o INCRA ofereceu aos colonos terra localizada fora da reserva, mas eles se dispuseram a deixar a terra se obtivessem outras áreas com o mesmo valor fitoecológico. As reuniões entre representantes do INCRA e FUNAI de um lado, e agricultores de outro, nas comunidades localizadas dentro da reserva evidenciam os problemas de remanejamento. Os colonos criticaram principalmente as endemias nos assentamentos, como a malária, a distância dos assentamentos dos outros lugares ou



sedes municipais, o solo não adequado para a agricultura. Esses fatos não devem ser as causas principais do desinteresse num remanejamento, porque as mesmas dificuldades são encontradas nas localidades atualmente ocupadas na reserva. As reuniões na reserva, como p.ex. na comunidade Cupu, 20 km distante do município de Garrafão do Norte, foram presididas por vereadores municipais e fazendeiros, que usaram a palavra de forma agressiva e desarticularam a reunião. Os moradores das outras comunidades foram incentivados por esses líderes locais a não aceitarem o remanejamento (INCRA, 1999, s.p.). Em outras comunidades como Pau do Remo, as equipes do INCRA e FUNAI não realizaram reuniões para preservar a integridade física dos servidores, haja vista que grupos dessa localidade, em 1996, mantiveram como reféns servidores da FUNAI e índios.

Uma outra questão, neste caso jurídica, é a indenização, paga pela FUNAI aos colonos. Este aspecto mostra uma situação absurda: os colonos que ocupam ilegalmente terra federal, administrada pela FUNAI, querem uma indenização para sair. A FUNAI em conjunto com o INCRA avaliou as benfeitorias e a terra dos colonos. Se considerarmos que no estágio atual, vivem permanentemente na área indígena aproximadamente 1.000 famílias de colonos, deveriam estar disponíveis (pressupondo-se um tamanho de 25 ha por propriedade), cerca de 25.000 ha de área destinada para nova colonização. Deve-se considerar além disso, que algumas famílias já residem na área indígena há mais de 25 anos.

Segundo uma iniciativa da FUNAI, o INCRA em parceria com o governo do Estado começou o remanejamento dos colonos há alguns anos atrás. As primeiras famílias que deixaram a área indígena foram remanejadas para os assentamentos Paragonorte, no município de Paragominas e Arapuã-Cimeira, localizado no município

de Garrafão do Norte. O primeiro assentamento está localizado no extremo noroeste do município de Paragominas e faz fronteira no sul com a AI. Paragonorte apresenta hoje um dos maiores assentamentos do INCRA no Estado do Pará e possui uma extensão de 40.000 ha, destes 32.000 ha já foram demarcados para assentar 1.200 famílias, que ainda moram na reserva indígena. Num trabalho em conjunto com o Estado do Pará, o prefeito de Paragominas conseguiu a liberação de mais uma área para o assentamento com 9.000 ha ao lado da fazenda CIAP, que pertenceu ao governo estadual. Em 1999, estavam registradas ca. de 870 famílias. Os colonos assentados receberam inicialmente um financiamento para sua instalação (alimentação e habitação), visando atender as necessidades básicas. Hoje o assentamento recebe a ajuda da prefeitura de Paragominas e do INCRA, através da construção de uma escola e de um posto de saúde, e também na forma de créditos do FNO especial<sup>1</sup>. Além dessa linha de crédito, as ações do INCRA foram bastante fortalecidas com o PRONAF<sup>2</sup>.

Por outro lado, no assentamento CIAP, os colonos começaram a tirar cipó das matas da parte sul da reserva indígena, como eles faziam quando moravam ainda dentro da reserva. A proximidade entre o assentamento e a reserva facilita a entrada dos colonos. Além de motivos assistencialistas, pode-se detectar motivos econômicos, porque a reserva do Alto Rio Gama, na parte sul, possui a última reserva florestal intocada ainda na região, e a prefeitura de Paragominas já iniciou contatos com os Tembé para construir uma estrada, que alcança a reserva. Para garantir a saída de mais colonos, o Ministério da Justiça incluiu no orçamento R\$ 564.000,00 que será destinado ao assentamento desses colonos. Mas, segundo o INCRA, a solução do problema não está na questão financeira, porque o órgão calcula que para remanejar e assentar uma

---

1 Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

família são necessários somente R\$ 6.900,00. O que falta é vontade política do governo federal e do congresso, porque os ministérios dependem do governo.

A ausência de ações governamentais mais enérgicas, faz com que as famílias acreditem que podem permanecer definitivamente na terra indígena, mesmo assim, muitas famílias não fazem roçados pela insegurança em permanecer. Especialmente o gestor municipal se manifesta contra um remanejamento. Políticos locais bem como deputados federais e estaduais já se manifestaram em Brasília contra a retirada dos colonos. O INCRA e a FUNAI, como órgãos federais, sentem a pressão, principalmente através do corte nas verbas.

O que também contribui para a permanência dessas famílias na reserva é a extração ilegal de madeira. A AI possui as últimas reservas de madeira na região, e em todos os municípios existem serrarias mantidas, entre outros, por prefeitos. Entre Nova Esperança do Piriá e a localidade Cristal, no outro lado da AI, existem vários ramais dentro da mata e madeireiros estão retirando madeira nobre clandestinamente da reserva, porém o IBAMA e a Polícia Rodoviária Federal mantêm um posto no cruzamento com a Pará-Maranhão, sem que os órgãos interfiram no transporte de madeira. Nessa localidade de Cristal, funcionários da Polícia Rodovia Federal foram ameaçados pelos moradores. A falta de fiscalização mais efetiva por parte do IBAMA, no que se refere a extração de madeira, estimula os colonos a ficar. Além disso, grande parte da população das sedes municipais vive economicamente da retirada de madeira.

Para não perder influência na base, a organização dos agricultores rurais FETAGRI não se manifesta publicamente.

O Ministério Público está em situação delicada para responder interesses diferentes. A justiça já decidiu duas vezes a favor dos índios para interromper as estradas, mas não ordenou o cumprimento efetivo, isto é, não destruiu as pontes. Apenas a decisão de reintegração de posse que já se arrasta por pelo menos 25 anos, aguarda resposta ainda. Apesar de já ter sido julgado favorável aos índios no ano de 1996, a decisão final depende de instância superior em Brasília.

## 8. Considerações gerais

A disputa entre donos de empreendimentos agropecuários, colonos, capital privado e índios, domina região até hoje. A procura pela terra — tanto para fins de utilização quanto para fins de especulação — é o elemento decisivo para a disputa na área. O processo de ocupação da terra ocorreu principalmente pela pequena agricultura migratória. Hoje a região representa uma região de consolidação, isto é, a maior parte de terra fora da AI e grande parte da mesma já está ocupada. Deve-se contradizer a opinião de que uma área indígena reduzida e liberada para a ocupação, representaria uma possibilidade de solução. Uma área indígena eventualmente reduzida, seria em alguns anos, uma nova região de invasão e os mesmos problemas voltariam a ocorrer. Até mesmo a intenção de liberar uma eventual área indígena somente para posseiros, para fins de colonização e excluir os fazendeiros, teria um efeito duvidoso, pois muitos colonos venderiam a sua terra para os fazendeiros.

As chances de preservar o ambiente cultural, físico e social dos índios, entretanto, diminuem a cada dia. Os confrontos motivados por interesses econômicos, diante do potencial madeireiro e mineral das áreas habitadas pelos índios, trazem conseqüências desastrosas para essas comunidades, como por exemplo, os óbitos

decorrentes de lutas violentas travadas para preservação de seu território. Os avanços cada vez mais freqüentes dos invasores e as lutas e recuos constantes dos índios eternizando o processo de fugas, agravam cada vez mais esse quadro, colocando em risco a existência desses grupos. Na medida em que essas sociedades desaparecem, perde-se todo o seu saber, sem que o mesmo chegue a ser conhecido e registrado. Mais pobre fica a humanidade, que não incorpora elementos físicos e expressões culturais, que a enriqueceriam e a tornariam mais sábia.

Em geral, o governo federal começou tarde demais a retirar os posseiros. Além disso, o governo federal, estadual e municipal e os órgãos regionais de planejamento regional até hoje não estão preparados para acompanhar, avaliar e resolver os processos espaciais e setoriais, não somente a questão indígena como a maioria dos aspectos do planejamento. O que causou uma certa reorientação na política indigenista é a pressão internacional sobre o governo federal, mas isso não se refletiu ainda numa ação local.

### **Bibliografia**

- ARNAUD, E. (1984/1985): O direito indígena e a ocupação territorial: o caso dos índios Tembé do Alto Rio Guamá (Pará). - Em: Revista de Antropologia. Separata dos vol. 27/28, p. 326-342.
- BALÉE, W. (1981): Relatório sobre os índios Urubu-Kaápor e Tembé que são assistidos por PI Canindé, 2ª . DR. - Belém.
- BALÉE, William L. (1993): Indigenous transformation of Amazonian forests: an example from Maranhão, Brazil. In: *L'Homme*,: École des Hautes Études en Sciences Sociales. v. 33, n. 126/128, p. 231-54, abr./dez. – Paris.

- BRITTO, R. S.; VIANNA, C. M. e SAALES, J. M. C. (1966): Aspectos de nutrição humana do Estado do Pará. - Belém (IDESP, Cadernos Paraenses, 1).
- CEDI (1985): Povos indígenas no Brasil, 8, Sudeste do Pará (Tocantins). - São Paulo.
- DODT, G. (1939): Descrição dos Rios Paranyba e Gurupy. - São Paulo.
- HENKEL, K. (1994): Agrarstrukturwandel und Migration im östlichen Amazonien (Pará, Brasilien). - Tübingen (Diss.).
- HENKEL, K. (2000): O Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará. In: JAECKEL, V./DAAD: Alemanha na Amazônia, Editora. Teo Ferrer de Mesquita, p. 1-12. – Frankfurt (Alemanha).
- HURLEY, H. J. (1932): Chorographia do Pará e Maranhão, Rio Gurupy. - Em: Revista do Instituto Histórico e Geographico do Pará, Belém, 7, p. 3-44.
- INCRA (1999): Relatório. - Belém.
- TSCHUPELI, L. (1898): Ein Besuch bei den Tembés-Indianern am oberen Rio Capim. - Em: Bericht über die Tätigkeit der St. Gallischen Naturwissenschaftlichen Gesellschaft während des Vereinsjahres 1896-97, p. 190-217, St. Gallen.